

Relatório do Conselho de Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sul América Saúde Companhia de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

atividade não foi acompanhado por semelhante arrefecimento inflacionário. O IPCA encerrou 2012 com alta de 5,8%, contra 6,5% apurada em 2011, ou seja, não refletindo ainda um ambiente de inflação contida.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

Table with 5 columns: Ativo, Notas, 2012, 2011, Passivo. Rows include Circulante, Disponível, Realizável, Créditos de operações com planos de assistência à saúde, Despesas diferidas, etc.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 4 columns: Notas, 2012, 2011. Rows include Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde, Sinistros indenizáveis líquidos, Resultado das operações com planos de assistência à saúde, etc.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Table with 7 columns: Descrição, Capital social, Reserva legal, Reserva estatutária, Total das reservas de lucro, Ajustes de avaliação patrimonial, Lucros/prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldos em 01/01/2011, Grupoamento de ações conforme AGE 27/10/2010, etc.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

Table with 4 columns: Notas, 2012, 2011. Rows include Resultado líquido do exercício, Outros componentes do resultado abrangente, Resultado líquido por lote de ações, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SAÚDE COMPANHIA DE SEGUROS, nova razão social da Brasilsaúde Companhia de Seguros, denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde e tem como acionistas a Sul América Seguro Saúde S.A., denominada "SAÚDE", com 59,04% de ações ordinárias e a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA SAÚDE", com 40,96% de ações ordinárias, e como controladora indireta final, a Sul América S.A., denominada "SASA".

do, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e quando realizadas ou quando há "Impairment", são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. Mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. 3.2.4. Empréstimos e recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões Judiciais". Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais civis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente. **3.7.2. Fiscais.** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são avaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor provável ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizadas nas rubricas "Tributos e Encargos Sociais a Recolher", no passivo circulante e não circulante e na rubrica "Provisões Judiciais" no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Dividendos.** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de adiferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensurada a valor justo através do resultado e disponível para a venda (nota 5); • Despesas diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8.3); • Provisão de sinistros a liquidar e Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (nota 10.1); e • Ações fiscais (nota 14.2). **3.10. Normas emitidas e ainda não adotadas.** A ANS emitiu a seguinte norma: **3.10. Resolução normativa nº 314/2012.** Emitida em 23/11/2012, essa norma traz impactos no plano de contas e no modelo de divulgação das demonstrações financeiras de 2013, referentes a reclassificações entre contas e não se espera um impacto significativo no resultado e patrimônio líquido. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Diversas normas e emendas nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, não entram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012. Para alguns delas, o CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes. A adoção antecipada destas normas pela Companhia ficou condicionada a aprovação prévia pela ANS. São as normas: • **Revisadas.** (a) **IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis (Presentation of financial statements).** Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma que esclarece os requisitos para as informações comparativas. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (b) **IAS 16 – Ativo imobilizado (Property, plant and equipment).** Em maio de 2012, houve uma revisão desta norma que classifica equipamentos de manutenção. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (c) **IAS 19 / CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (Employee benefits).** Em junho de 2012, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (d) **IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (Investments in associates).** Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (e) **IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma que trata sobre a compensação de ativos e passivos financeiros. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2014. Em maio de 2012, houve mais uma revisão desta norma, esclarecendo que os efeitos fiscais na distribuição de instrumentos patrimoniais aos seus titulares devem ser contabilizados de acordo com o IAS 12. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. (f) **IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (Financial Instruments: Disclosures).** Em dezembro de 2011, houve uma revisão desta norma exigindo divulgações mais extensas de ativos financeiros desreconhecidos ou não. Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013. • **Novas.** Adicionalmente, as seguintes normas internacionais (IFRS e CPC) novas também foram emitidas: (a) **IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Financial instruments).** Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment e hedge accounting* (incluindo macro *hedging*), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 01/01/2015. (b) **IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto (Joint arrangements).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e tendo por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. (c) **IFRS 12 / CPC 45 – Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interests in other entities).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de ampliar a divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. (d) **IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração do valor justo (Fair value measurement).** Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada. Essa norma passará a vigorar em 01/01/2013. Exceto quanto a IFRS 9, cujo impacto ainda está sendo avaliado, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção das normas acima mencionadas. **4. Gestão de riscos:** A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos; • Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista; • Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; e • Prover melhorias de alocação de capital. Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relação com Investidores, Diretor de Riscos e Atuarial e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que a SulAmérica está sujeita, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições: • Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização; • Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital; • Reportar ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes; e • Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro. **4.1. Atribuição de responsabilidades pela gestão de riscos corporativos.** O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a risco definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, revisar as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a riscos). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit* – BU), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. **4.2. Sistema de definição de riscos e gestão de riscos corporativos.** A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de risco, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (EFRM - *Enterprise Risk Management*). O EFRM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos. Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir: • **O ambiente interno:** Nível de conscientização e cultura de uma organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e à boa execução dos processos operacionais. • **Definição de objetivos:** O processo que define as estratégias deve permitir que estes se deem de forma integrada à missão e à visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos. • **Identificação de eventos:** Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades. • **Avaliação dos riscos:** A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos. • **Resposta ao risco:** No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar

ou transferir), implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis. • **Atividades de controle:** Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas. • **Informação e comunicação:** A Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas corretas e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação. • **Monitoramento:** A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração. **4.3. Concentração das operações.** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas nos estados de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

	Representatividade	
	2012	2011
SP.....	50,2%	52,2%
RJ.....	24,1%	23,6%
DF.....	15,2%	14,7%
PE.....	6,5%	2,6%
BA.....	1,8%	2,6%
Outros.....	2,2%	4,3%
	100,0%	100,0%

4.4. Descrição e gestão dos riscos nas operações. O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e *Compliance*. **4.4.1. Risco de crédito.** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. **4.4.1.1. Aplicações financeiras.** (a) **Política de investimentos.** A Política de Investimentos estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações. No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras em ativos de crédito privado, o Comitê de Crédito efetua a análise das emissões com base em aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "rating" ("rating" interno) e o limite para alocação na emissão. Tal limite deverá estar enquadrado nas regras de diversificação e concentração estabelecidas pela Política de Investimentos. Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos e pela área financeira. Os ativos são segregados constituídos tomando por base: o objetivo, características, obrigações, restrições (exemplo: carteira para cobertura de reservas técnicas, carteira de gerenciamento de ativos e passivos (ALM), carteira de capital de giro, etc). É esperado que cada carteira, levando em consideração suas particularidades, busque maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descasamento entre os ativos e passivos da Companhia (ALM), quando necessário. Consequentemente, espera-se um balanceamento na relação risco x retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os comprovissos assumidos. A formalização dos termos e condições que o gestor deverá observar na gestão de cada carteira é realizada através do Mandato de Investimentos, definido com base na Política de Investimento e na legislação vigente, que deve contemplar pelo menos: (i) objetivo; (ii) meta de rentabilidade; (iii) limite de risco; (iv) prazo de ativos; (v) liquidez de ativos; (vi) restrições específicas; e (vii) restrições gerais. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias (incluindo a carteira de ALM) de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por rating. Onde 76,4% do total de aplicações financeiras em 31/12/2012 (96,6% em 2011) estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).



Descrição	2012							Valor contábil		
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)		Outras	
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras.....	69.521	39.959	7.251	11	116.742	118.400	1.658	-	118.400	
Valor justo por meio do resultado.....	17.671	-	-	-	17.671	17.671	-	-	17.671	
Disponível para venda.....	51.376	39.959	7.251	11	98.597	100.255	1.658	-	100.255	
Manoel até o vencimento.....	474	-	-	-	474	474	-	-	474	
Passivos de seguros (1).....	45.394	645	216	6	-	-	-	-	109	46.370
(1) Na coluna "Outras" há em 31/12/2012, principalmente, R\$109 mil de ULAE.										

Descrição	2011							Valor contábil	
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)		Outras
Instrumentos financeiros									
Aplicações financeiras.....	72.200	48.531	8.285	405	129.421	129.340	(81)	-	129.340
Valor justo por meio do resultado.....	10.541	145	2.511	-	13.197	13.197	-	-	13.197
Disponível para venda.....	61.659	47.949	5.774	405	115.787	115.706	(81)	-	115.706
Manoel até o vencimento.....	-	437	-	-	437	437	-	-	437
Passivos de seguros.....	41.504	537	151	4	-	-	-	-	42.196

O critério de apresentação dos instrumentos financeiros utilizado na tabela por idade, foi pela data de vencimento destes ativos. No entanto, alguns instrumentos financeiros possuem liquidez imediata apesar de estarem distribuídos pelas diversas faixas da tabela. **4.4.2. Risco da inflação.** Os estudos de ALM identificaram que parte dos passivos são correlacionados com variações nos índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários. Em 31/12/2012, a Companhia registrou aproximadamente R\$28 milhões (R\$25,3 milhões em 2011) de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos comercializados serem de curto prazo, as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, resultando em algumas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos relativos a estes passivos são alocados em diversos vencimentos. Além da alocação baseada nos estudos de ALM, o gestor dos investimentos pode optar por alocar em ativos indexados a inflação nas demais carteiras que não tem restrição de ALM desde que respeitando todos os limites e restrições definidos no Mandato de Investimentos.

4.4.3. Risco de subscrição: Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas. O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. **4.4.3.1. Uso de modelos internos:** A Companhia dispõe de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão. Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvio na constituição das provisões técnicas. **4.4.3.2. Risco de subscrição, precificação, definição dos produtos, retenção líquida e risco moral:** Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia realiza periodicamente Procedimentos de Análise e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados: • Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas; • Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes; • Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes na Companhia; • Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado; • Precificação (*pricing*): estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas; e • Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas da Companhia. O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos ou realizações de parcerias. Periodicamente o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da Companhia. **4.4.3.3. Análise de sensibilidade nos negócios:** A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou despesas de comercialização:

Premissas	2012	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade.....	(2.934)	(2.934)
Aumento de 1% nas despesas administrativas.....	(45)	(45)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização.....	(215)	(215)

Premissas	2011	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade.....	(2.135)	(2.135)
Aumento de 1% nas despesas administrativas.....	(34)	(34)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização.....	(173)	(173)

4.4.3.4. Risco na provisão: Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, a Companhia possui os seguintes procedimentos: • **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões e reservas matemáticas:** Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas e reservas matemáticas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; • **Recálculo das provisões técnicas:** Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente; • **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas:** Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões e reservas técnicas para acompanhamento da sua adequação; • **Controle estatístico de qualidade:** Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar modificação nos padrões principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas. **4.4.4. Risco operacional:** O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como: • **Risco de fraudes internas:** Comportamentos fraudulentos e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da SulAmérica; • **Fraudes externas:** Pessoas que não são funcionários exercem atividades irregulares em benefício próprio; • **Relações trabalhistas:** Decisões judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, novicias à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento; • **Falha de sistemas:** Impossibilidade de obter informações devido à falta de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas; • **Execução e gestão de processos:** Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira indisponível a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores; • **Práticas comerciais inadequadas:** Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados; • **Danos a ativos:** Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas aos ativos; • **Interrupção das atividades:** Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não; • **Ambientais:** Danos à imagem ou ações judiciais em decorrência de produtos, serviços, operações ou instalações que de alguma forma impactem o meio-ambiente ou a sociedade. **4.4.4.1. Fraudes:** As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários. **4.4.4.2. Gestão dos riscos operacionais:** Todos os processos estão mapeados em um sistema de dados com todo o fluxo de atividades contidas, bem como cada risco identificado e os controles envolvidos em cada etapa. Cada risco e controle trazem informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais. O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. Atualmente, a SulAmérica está trabalhando em um novo projeto para a gestão dos riscos operacionais a fim de obter a excelência na gestão deste tipo de risco. O novo projeto conta com novas definições e visões do negócio e tem

4.4.1.2. Operações de seguros. Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações, orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. São estabelecidos limites de alçadas para a aceitação dos riscos que contemplem também a análise do histórico de crédito do segurado e a exposição ao risco em cada operação. A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (*Impairment*) dos prêmios a receber. **4.4.2. Risco de mercado.** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco de câmbio, risco de derivativos, risco de renda variável e risco de inflação. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • Processo de gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management*) monitorado regularmente pelo Investimentos estabelecidos onde são considerados os seguintes aspectos: perfil dos negócios, estudos atuariais e aspectos de liquidez; • Instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros; • Limites máximos de *Value at Risk - VaR*; • Limites máximos de análises de cenários alternativos conhecidos como "stress testing"; • Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez; e • Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras. **4.4.2.1. O processo de gerenciamento de ativos e passivos na organização (ALM).** A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da SulAmérica Investimentos DTVM (SAMI). Apenas, 7,03% em 2012 (3,34% em 2011) do total da carteira de investimentos não é gerenciada pela SAMI. O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela Companhia como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de reserva técnica. Desta forma, foi formado um grupo de trabalho permanente para a discussão do assunto e efetuar estudos de ALM visando identificar quais ativos melhor replicam as principais características dos passivos (taxa de juros, indexadores, fluxo de pagamento, *duration*, etc). Com base nestes estudos de ALM, e respeitando as regras definidas no Mandato de Investimentos, o gestor de recursos efetua a alocação em ativos visando mitigar o risco de descasamento entre ativos e passivos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. (a) **Acompanhamento do ALM e risco de mercado.** Periodicamente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem ao Comitê de Investimentos e a área financeira e de gestão de recursos um acompanhamento dos investimentos em cada unidade de negócio. Além disso, em reunião mensal, os gestores dos investimentos e a área financeira discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data. **4.4.2.2. Métricas de risco.** Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o *stress testing*. O VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. Já o *stress testing* tem o objetivo de verificar a perda esperada em cenários extremos de ruptura (*worst case scenario*). Desta forma, o risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR e *stress testing*, além de análises sobre o risco incremental para alocação de ativos e estudos específicos em relação a alteração na carteira de investimentos. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2012 e em 2011.



4.4.2.3. Risco de liquidez. A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo o relacionado aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco. Desta forma, são mantidos ativos com liquidez suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo das carteiras. Em 31/12/2012 e 2011 os vencimentos dos principais instrumentos financeiros e passivos de seguros eram os seguintes:

Sul América Saúde Companhia de Seguros

(nova razão social da Brasilsaúde Companhia de Seguros)

C.N.P.J. Nº 60.831.427/0001-63

associada ao ING

por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais indicadas em Basileia II e Solvência II, como segue: • **Abertura do dicionário de riscos operacionais:** Composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basileia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhoria na gestão; • **Agrupamento dos processos em macro processos:** Os processos hoje cadastrados no sistema foram enquadrados em aproximadamente 86 macro processos definidos como essenciais. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais por unidades de negócios tornando mais eficiente, desta forma, a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica; • **Desenvolvimento de um novo software:** Foi desenvolvido um novo software customizado para os negócios da SulAmérica para tratamento dos riscos operacionais. Este novo sistema será integrado com o mapeamento dos macro processos e permitirá análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos; • **Construção de uma base de perdas:** O desenvolvimento do novo sistema tem o objetivo de proporcionar integração com diversas áreas para o registro de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (e não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivas e direcionadas para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais. Até o momento já foram mapeadas e integradas na nova ferramenta, 15 origens de perdas distintas. • **Software para gestão do risco operacional:** Encontra-se implementado um software customizado para os negócios da SulAmérica visando tratamento dos riscos operacionais. Esta nova ferramenta é atualizada automaticamente a partir de informações mapeadas em sistema de gestão de processos e de bases de perdas. O objetivo é permitir análises qualitativas e quantitativas. Além disso, está em fase de implementação no novo sistema, a associação das normas de procedimentos internos com os respectivos macroprocessos, bem como a integração do módulo de riscos com os módulos de *compliance*/controles internos e o módulo de auditoria, com o objetivo de integrar as atividades desenvolvidas pelas 3 áreas. **4.4.4.3. Continuidade de negócios:** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. **4.4.5. Risco estratégico:** É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como: • **Risco de planejamento:** Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenho inadequadas à realidade da SulAmérica; • **Recursos humanos:** Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave; • **Indicadores de metas:** Avaliação inadequada de desempenho; • **Custo de oportunidade:** Redução do valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descaçamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco; • **Concorrência:** Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado; • **Prego:** Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado; • **Comunicação:** Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da SulAmérica. **4.4.5.1. Gestão do risco estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais às orçadas previamente. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento do ano. O COPA também possui como atribuições: • Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido; • Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas; • Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos; • Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da Companhia; • Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções. O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o Comitê Corporativo julgue necessário. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o *Balanced ScoreCard* (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar, no curto prazo, o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores saibam quais as metas a serem conquistadas. Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para o saúde individual e grupal

5. Aplicações:

5.1. Composição das aplicações financeiras:

	2012						Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado	Valor contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	15.085	15.121	-	-	15.121	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	-	-	4.687	4.701	-	-	4.701	
Letras Financeiras	-	-	10.398	10.420	-	-	10.420	
Títulos de renda fixa - Públicos	120	120	83.512	85.134	474	474	85.728	
Letras financeiras do tesouro	120	120	57.002	57.003	474	474	57.997	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	26.510	28.131	-	-	28.131	
Quotas de fundos de investimentos	17.551	17.551	-	-	-	-	17.551	
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	17.551	17.551	-	-	-	-	17.551	
Total	17.671	17.671	98.597	100.255	474	474	118.400	
%	14,92%		84,67%		0,41%		100%	
Circulante	-	-	-	-	-	-	594	
Não circulante	-	-	-	-	-	-	2011	

	2012						Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado	Valor contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	4.284	4.292	-	-	4.292	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	-	-	4.284	4.292	-	-	4.292	
Títulos de renda fixa - Públicos	110	110	111.503	111.414	437	437	111.961	
Letras financeiras do tesouro	110	110	86.092	86.096	437	437	86.643	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	25.411	25.318	-	-	25.318	
Quotas de fundos de investimentos	13.087	13.087	-	-	-	-	13.087	
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	4.323	4.323	-	-	-	-	4.323	
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	8.764	8.764	-	-	-	-	8.764	
Letras financeiras do tesouro	7.577	7.577	-	-	-	-	7.577	
Operações compromissadas	1.177	1.177	-	-	-	-	1.177	
Outros	10	10	-	-	-	-	10	
Total	13.197	13.197	115.787	115.706	437	437	129.340	
%	10,20%		89,46%		0,35%		100%	
Circulante	-	-	-	-	-	-	128.682	
Não circulante	-	-	-	-	-	-	658	

5.2. Movimentação das aplicações financeiras:

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado			
Saldo em 01/01/2011	90.064	-	2.884	92.948	93.050
Aplicações	123.559	179.491	-	303.050	(16.434)
Rendimento resgate	(10.358)	(5.303)	(773)	(16.434)	-
Principal resgate	(195.330)	(67.466)	(1.772)	(264.571)	-
Resultado financeiro	95.226	9.109	98	(264.571)	-
Outros recebimentos/ (pagamentos)	36	(36)	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	(86)	-	(86)	-
Saldo em 31/12/2011	13.197	115.706	437	129.340	-
Saldo em 31/12/2011	13.197	115.706	437	129.340	-
Aplicações	101.270	108.002	-	209.272	(7.284)
Rendimento resgate	(937)	(6.347)	-	(7.284)	-
Principal resgate	(96.816)	(128.486)	-	(225.302)	-
Resultado financeiro	957	9.636	37	10.630	-
Ajuste a valor de mercado	-	1.744	-	1.744	-
Saldo em 31/12/2012	17.671	100.255	474	118.400	-

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (*dollar-value on value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo da perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e a perda com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

para os próximos 3 anos. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração, alinhado desta forma o apetite de risco da Companhia. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos. **4.4.6. Risco legal e compliance:** É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: (i) Risco com órgãos reguladores; (ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas; (iii) Risco de lavagem de dinheiro; (iv) Risco de reputação; e (v) Risco de contratos. **4.4.6.1. Gestão do risco legal:** Presente em cada unidade de negócio e neste caso específico, para saúde grupal e individual com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de serviço a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações. **4.4.6.2. Gestão do risco de compliance:** (a) **Auto-avaliação de controles internos:** A SulAmérica instituiu uma estrutura de compliance e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações da ANS, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades-chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação. O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano. (b) **Documentação eletrônica:** A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da Companhia. (c) **Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor.

4.5 Gestão do capital: A Companhia atua mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o ano de 2012, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pela ANS. Conforme citado nos itens anteriores, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseado em gestão. A utilização dos modelos internos é fundamental em um ambiente de riscos. Atualmente, a SulAmérica possui modelos internos estocásticos para mensuração do capital econômico devido para cada um de seus negócios e riscos. Desta forma, estima-se o capital econômico para que a solvência da SulAmérica seja assegurada para um determinado nível de confiança. Os modelos internos consideram correlações entre os negócios da Companhia além de possíveis efeitos de diversificação. Para cada um dos negócios, é apurado o capital econômico nos seguintes níveis: • Capital para risco de subscrição, segregando o risco da provisão do risco de precificação; • Capital para risco de mercado, segregando os riscos de taxa de juros, inflação, câmbio, moedas estrangeiras e outros ativos; • Capital para risco de crédito, segregando os riscos de resseguimento, contas a receber, risco de crédito nos investimentos e demais ativos; • Capital para risco operacional e legal; e • Capital para risco estratégico. Através dos resultados obtidos dos modelos internos, é calculado e monitorado mensalmente para cada uma das linhas de negócio da Companhia, os seguintes indicadores: • **ROEC:** Retorno sobre o capital econômico; • **ROXC:** Retorno sobre o excesso de capital; • **ROAC:** Retorno sobre o capital alocado. Os indicadores acima são periodicamente discutidos pela Alta Administração da Companhia e indicam o desempenho de cada unidade de negócio tendo em consideração o lucro vis a vis o risco assumido. Com base nas avaliações, são definidos planos de ações para os produtos e negócios da Companhia no sentido de alinhar as métricas com o apetite de risco e retorno exigido pelos acionistas. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da SulAmérica. A tabela abaixo demonstra a adequação do PLA da companhia:

	2012	2011
Patrimônio líquido	86.318	87.280
Adições		
Obrigações legais	38.478	33.962
Deduções		
Créditos tributários	(1.157)	(32)
Despesas diferidas	(497)	(1.538)
Despesas antecipadas	(5)	(49)
Patrimônio líquido ajustado	123.137	119.623
0,20 x Prêmio retido anual	55.546	51.071
0,33 x Sinistro retido anual médio	72.925	63.406
Solvência (a)	66.544	54.515
Suficiência (a)	56.593	65.108

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa Nº 313/2012.

	2012						Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado	Valor contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	15.085	15.121	-	-	15.121	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	-	-	4.687	4.701	-	-	4.701	
Letras Financeiras	-	-	10.398	10.420	-	-	10.420	
Títulos de renda fixa - Públicos	120	120	83.512	85.134	474	474	85.728	
Letras financeiras do tesouro	120	120	57.002	57.003	474	474	57.997	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	26.510	28.131	-	-	28.131	
Quotas de fundos de investimentos	17.551	17.551	-	-	-	-	17.551	
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	17.551	17.551	-	-	-	-	17.551	
Total	17.671	17.671	98.597	100.255	474	474	118.400	
%	14,92%		84,67%		0,41%		100%	
Circulante	-	-	-	-	-	-	594	
Não circulante	-	-	-	-	-	-	2011	

	2012						Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil/mercado	Valor contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	4.284	4.292	-	-	4.292	
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-	-	
Pós-fixado CDI	-	-	4.284	4.292	-	-	4.292	
Títulos de renda fixa - Públicos	110	110	111.503	111.414	437	437	111.961	
Letras financeiras do tesouro	110	110	86.092	86.096	437	437	86.643	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	25.411	25.318	-	-	25.318	
Quotas de fundos de investimentos	13.087	13.087	-	-	-	-	13.087	
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	4.323	4.323	-	-	-	-	4.323	
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	8.764	8.764	-	-	-	-	8.764	
Letras financeiras do tesouro	7.577	7.577	-	-	-	-	7.577	
Operações compromissadas	1.177	1.177	-	-	-	-	1.177	
Outros	10	10	-	-	-	-	10	
Total	13.197	13.197	115.787	115.706	437	437	129.340	
%	10,20%		89,46%		0,35%		100%	
Circulante	-	-	-	-	-	-	128.682	
Não circulante	-	-	-	-	-	-	658	

seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo da perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e a perda com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	VaR95%	DV01= 0,01%
Fatores de risco		
IPCA	58	-
Outros	(2)	-
Total	56	-

5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BMO/BOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias, para o ativo ou passivo. Em 31/12/2012 e 2011, os ativos da Companhia estavam classificados no nível 2, de acordo com a natureza, conforme a seguir: **Nível 2 • Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE):** São títulos pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;

• **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. Em 31/12/2012 e 2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

	2012	2011
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	17.671	13.197
Disponível para venda	100.255	115.706
Total	117.926	

Ramos	2011		Total
	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar	
Saúde grupal	637	30.174	40.848
Saúde individual	-	597	985
Odontológico	-	190	363
Total	637	30.961	42.196
Circulante	228	30.413	41.239
Não circulante	409	548	957

Ramos	2011		Total
	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para remissão	
Saldo em 01/01/2011	39.345	488	-
Avisados / alterações	230.901	149	-
Pagamentos / baixas	(211.015)	-	-
Atualização monetária / juros	164	-	-
Varição do IBNR / IBNC	(17.836)	-	-
Saldo em 31/12/2011	41.559	637	42.196
Circulante	228	30.413	41.239
Não Circulante	409	548	957

Ramos	2011		Total
	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para remissão	
Saldo em 31/12/2011	41.559	637	-
Avisados / alterações	259.223	305	-
Pagamentos / baixas	(252.523)	-	-
Atualização monetária / juros	108	-	-
Varição do IBNR / IBNC	(2.939)	-	-
Saldo em 31/12/2012	45.428	942	46.370
Circulante	228	30.413	41.239
Não Circulante	409	548	957

12. Partes relacionadas: 12.1 Transações. As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a)	Outros	Outros	-	-	-	-	1.662	1.306	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (i)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	-	1.345	-	-	-	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (g)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	10	25	-	-	(270)	(217)
Sul América Seguro Saúde S.A. (b) (i)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	148	179	-	1.939	-	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	35	7	-	-	-	-	(6)	(6)
Sul América Cia Nacional de Seguros (b) (f)	Controladora	SAEPAR Serviços Participações S.A.	-	-	156	-	-	-	(130)	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	Ligada	Sul América Seguro Saúde S.A.	-	-	-	-	-	-	(46)	(30)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(80)	(2)
Gouveia Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros	-	-	-	-	-	-	(19)	(21)
Total			183	186	166	3.309	1.662	1.306	(551)	(276)

(a) Valor referente à receita obtida pelo prêmio de seguro saúde oferecido aos funcionários da Sul América Capitalização S.A.; (b) Transações em conta corrente entre companhias, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (c) Refere-se ao seguro saúde a funcionários e dirigentes, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela Sul América; (d) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido pela Sul América a todos os colaboradores; (e) Refere-se ao seguro de vida grupal entre companhias do grupo Sul América e Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A.; (f) Valor referente ao rateio de aluguel do prédio da nova matriz entre companhias da Sul América e Sul América Cia Nacional de Seguros; (g) Refere-se a taxa de administração a SAMI por serviços de gestão de ativos; (h) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente aos dividendos a ser distribuído entre acionistas, titulares ou sócios da Sul América. **13. Compromissos e ônus a liquidar - Garantia das provisões técnicas:** A companhia possui ativos vinculados a ANS, oferecidos em garantia para cobertura das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 11. **14. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2012 e 2011, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões Judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: **14.1. Depósitos judiciais e fiscais:**

Descrição	2012	2011
Fiscais:		
COFINS	21.467	20.241
PIS	4.924	4.618
Contribuição Social	2.270	1.453
Imposto de renda	2.000	1.638
Previdenciárias:		
INSS	3.718	3.379
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	245	197
Ações cíveis	995	226
Total	35.619	31.752
Não circulante	35.619	31.752

14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	2012		2011	
	Saldos em 01/01/2011	Atualizações monetárias	(Pagamentos) Saldos em 31/12/2011	(Pagamentos) Saldos em 31/12/2011
Cíveis e trabalhistas:				
Cíveis	3.561	1.038	(865)	3.734
Trabalhistas	-	3	(18)	67
Subtotal	3.561	1.041	(883)	3.801
Tributárias:				
PIS	4.386	232	-	4.618
COFINS	22.924	1.839	-	24.763
CSLL	1.425	78	-	2.633
Imposto de renda	1.384	84	-	1.919
Outros	28	(336)	-	418
Subtotal	30.147	2.233	(336)	34.351
Previdenciárias:				
INSS	5	-	-	5
Total	33.713	2.389	(1.219)	38.157

Descrição	2012		2011	
	Saldos em 31/12/2011	Atualizações monetárias	(Pagamentos) Saldos em 31/12/2012	(Pagamentos) Saldos em 31/12/2012
Cíveis e trabalhistas:				
Cíveis	3.734	(72)	(625)	3.736
Trabalhistas	67	195	(24)	1.617
Subtotal	3.801	123	(649)	5.353
Tributárias:				
PIS	4.618	306	-	4.924
COFINS	24.763	1.418	-	26.181
CSLL	2.633	181	-	2.838
Imposto de renda	1.919	124	7	2.036
Outros	418	(899)	-	34
Subtotal	34.351	2.218	(906)	36.013
Previdenciárias:				
INSS	5	-	-	5
Total	38.157	2.428	(1.555)	41.371

Em 31/12/2012 há R\$1.373 de Provisões Judiciais no passivo não circulante (R\$731 em 2011) e R\$3.985 no passivo não circulante (R\$3.464 em 2011). Os Tributos e Encargos Sociais a Recolher são R\$36.013 em 31/12/2012 (R\$33.962 em 2011) no passivo não circulante. Em 31/12/2012, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$6.919 (R\$7.307 em 2011). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nos processos, o montante provisionado de R\$6.919 (R\$7.279 em 2011) refere-se principalmente a obrigações fiscais. **14.3 Ações fiscais:** As principais ações fiscais da companhia em 31/12/2012 e 2011, são: (a) **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 que instituiu o recolhimento dessa contribuição. No período compreendido entre maio de 1999 e maio de 2000, a companhia possuía uma liminar suspendendo as obrigações de recolher ou depositar judicialmente os valores devidos. Em junho de 2000, esta liminar foi cassada e desta forma, a companhia efetuou o recolhimento dos valores devidos atualizados monetariamente e a partir desta data, vem recolhendo os valores calculados somente sobre a receita de sua atividade de seguro, provisionando e depositando sobre outras receitas. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009 que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou a partir da competência junho de 2009, a recolher somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda em relação à incidência da COFINS sobre a receita da atividade de seguro, e remota a perda em relação a incidência da COFINS sobre outras receitas.

Conselho de Administração: Presidente - Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Vice-Presidente** - Arthur John Kalita. **Conselheiros** - Thomaz Luiz Cabral de Menezes; Kevin Martins; Carlos Infante Santos de Castro; Christian Frank; Fernando Alves Meira; Marcelo Viveiros de Moura; Francisco Werneck de Albuquerque Maranhão. **Diretoria: Presidente** - Thomaz Luiz Cabral de Menezes. **Diretores** - Arthur Farme d'Amoed Neto; Douglas Ramiro Capela; Gabriel Portella Fagundes Filho; Laenio Pereira dos Santos; Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso; Marco Antonio Antunes da Silva; Maurício da Silva Lopes. **Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7. **Auditor:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA-MTPS/963.

A PSL contempla sinistros em disputa judicial que estão relacionados, principalmente, a negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, e a questionamentos pelo cancelamento dos contratos de seguros em virtude da inadimplência do segurado. Em 31/12/2012 e 2011, a posição de sinistros em disputa judicial é a seguinte:

Até	2012		2011	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Até 02 Anos	115	386	235	335
02 a 05 Anos	71	394	256	194
05 a 10 Anos	16	330	216	150
Mais de 10 Anos	2	14	6	5
Total	204	1.124	713	684

11. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

	2012	2011
Provisões técnicas de seguros	46.370	42.196
Montante a ser garantido	46.370	42.196
Ativos dados em garantia:		
Títulos de renda fixa - Públicos	73.725	67.241
Títulos de renda fixa - Privados	4.701	4.292
Total de ativos	78.426	71.533
Ativos vinculados em excesso	32.056	29.337

Descrição	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a)	-	-	1.662	1.306
Sul América Companhia de Seguro Saúde (i)	-	1.345	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (g)	-	10	-	(270)
Sul América Seguro Saúde S.A. (b) (i)	148	179	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (e)	35	7	-	(6)
Sul América Cia Nacional de Seguros (b) (f)	-	156	-	(130)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	-	-	-	(46)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (h)	-	-	-	(80)
Gouveia Vieira Advogados Associados (h)	-	-	-	(19)
Total	183	186	1.662	(276)

(b) **PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994 e 10/1996, cujos montantes encontram-se integralmente depositados judicialmente e provisionados. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. A Companhia questiona a legalidade da contribuição à PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. No período compreendido entre 1999 e dezembro de 2006, a Companhia efetuou recolhimentos nos termos determinados pela Lei Complementar nº 7/1970 (PIS Repique). A partir de janeiro de 2007, a Companhia passou a recolher o PIS sobre a receita das atividades, depositando e provisionando a contribuição sobre outras receitas e, com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência março de 2009, a depositar e provisionar somente sobre a receita de sua atividade de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda referente ao PIS devido com base na receita das atividades de seguros e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). **15. Patrimônio líquido:** **15.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31/12/2012 e 2011 é de R\$ 76.784, dividido em 4.629 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. **15.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **15.3. Reserva estatutária:** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva legal e Dividendos não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **15.4. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda relativos a títulos próprios, líquidos

16.7. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido (prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	(2.995)	(2.995)	23.990	23.990
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	749	449	(5.998)	(3.598)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para provisões judiciais e obrigações fiscais	(754)	(453)	(409)	(245)
Provisão para redução ao valor recuperável de devedores duvidosos	-	-	(635)	(381)
Despesas não dedutíveis	(164)	(70)	(212)	(49)
Outras	(62)	(58)	(24)	-
Exclusões:				
Reversão da redução ao valor recuperável de créditos tributários	302	181	-	-
Atualização de depósitos judiciais	544	326	611	366
Encargos sobre participações nos lucros	27	16	33	20
Outras	-	-	16	-
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Constituições	(703)	(450)	-	-
Compensações	-	-	1.064	964
Redução de incentivos fiscais	(703)	(450)	1.064	964
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(61)	(59)	(5.459)	(2.907)
Diferidos:				
Constituição / (reversão) - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	703	421	(1.062)	(937)
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias	618	372	987	532
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(544)	(326)	(529)	(318)
Constituição / (reversão) da redução ao valor recuperável	-	-	-	272
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	777	467	(604)	(451)
Despesas/(Receita) com imposto de renda e contribuição social	716	408	(6.063)	(3.358)
Alíquota efetiva	24%	14%	25%	14%
Alíquota efetiva combinada		38%		39%

17. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2012		2011	
	Base Tributável	Líquido	Base Tributável	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.744	(698)	1.046	(85)
18. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				
Resultado líquido	2.002	14.438		
Mais				
Depreciações e amortizações	1	12		
Juros e variações monetárias de ações judiciais e obrigações fiscais	2.341	3.274		
Prejuízo na venda de imobilizado	4	-		
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	-	44		
Menos				
Lucro na venda de imobilizado	(21)	-		
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais	(2.328)	(2.075)		
Juros e variações monetárias de créditos a compensar	(79)	(235)		

dos correspondentes efeitos tributários.

	2012	2011
15.5 Distribuição do resultado:		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações	(2.995)</	